

Matadores: A construção social e simbólica de identidades violentas

Ricardo Henrique Arruda de Paula

Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC)

O presente texto é o resultado de cinco anos de pesquisa realizada com matadores de gente. Durante esse período, foram colhidos, no Ceará, relatos orais em forma de histórias de vida e autobiografia, em um trabalho que envolve, portanto, memórias e narrativas. Entre os interlocutores desta pesquisa, sobressai um personagem, Idelfonso Maia da Cunha, popularmente conhecido por “Mainha”, que se destacou no cenário local e nacional por seus crimes de mortes. Servindo-se de todo esse universo narrativo, este trabalho busca contribuir para o estudo dos valores e códigos morais que envolvem a construção social e simbólica de identidades violentas.

Palavras-chave: matador, pistoleiro, vingança, honra, bandido social

The article **Killers: The Social and Symbolic Construction of Violent Identities** is the result of five years of research about killers. Throughout this period, oral accounts in the form of life stories and narrated memoirs were collected in Brazilian state of Ceará. One character in particular stands out among the interlocutors, Idelfonso Maia da Cunha, more commonly known as “Mainha”, who became notorious on a local and national scale for his murders. Drawing on this whole narrative body, the investigation attempts to help our understanding of the values and moral codes that underlie the social and symbolic construction of violent identities.

Keywords: killer, gunman, revenge, honour, social criminal

Introdução

Recebido em: 30/04/10
Aprovado em: 9/07/10

Inicialmente, faz-se necessário traçar algumas definições e esclarecimentos que servirão de subsídios e, ao mesmo tempo, de rito iniciador para o leitor do texto que segue.

Os termos pistolagem/pistoleiro foram percebidos durante esta pesquisa como elaborações da linguagem jornalística, que, por sua vez, reflete influências de outras estruturas linguísticas, por exemplo, a linguagem popular.

Portanto, esses conceitos foram se gestando processualmente até se chegar a um determinado momento histórico em que o “assassinato encomendado” recebeu a denominação de crime de pistolagem e o assassino que executa esse tipo de crime “por encomenda” recebeu o nome de pistoleiro. Em geral, o pistoleiro ou matador de aluguel é o homicida que recebe de alguém, chamado de “mandante”, vantagem pecuniária, ou promessa de algum tipo de recompensa, para cometer um assassinato.

Conforme dados levantados na pesquisa, a promessa de recompensa pode ser na forma de dinheiro, terras, gado, armas, veículos, proteção etc. Além disso, para efeitos desta pesquisa, considerou-se como uma promessa de recompensa aquilo que no universo da pistolagem se chama de “troca de serviço”, que é quando um pistoleiro pede a outro matador de aluguel que efetue um crime de morte – ou como é denominado entre eles, um “serviço” – em seu lugar. Esse tipo de procedimento ocorre, via de regra, quando o assassino que foi contratado para o “serviço” está sendo muito visado pelas autoridades policiais da região onde terá lugar o delito de morte.

Na atualidade, o crime de pistolagem apresenta os seguintes personagens: 1) o “mandante”, aquele que ordena o crime e o financia; 2) o “pistoleiro”, agente que pratica o assassinato; 3) o piloto da moto que transporta o pistoleiro durante e após o crime (isso quando o *iter criminis* é praticado com o auxílio de motocicletas), que no jargão da pistolagem é chamado de “cavalo”; 4) o “intermediário”, também conhecido como “agenciador”, “contato” ou “cruzeiro”, aquele que faz a intermediação entre o mandante e o pistoleiro, geralmente assumindo o papel de contratante direto do matador; e 5) os “protetores” ou “apoios”, que, por motivos diversos, oferecem proteção ao matador de aluguel após este cometer um crime de morte.

Dos cinco componentes dessa estrutura, o “apoio” é uma das peças mais importantes. Há pessoas que apoiam o pistoleiro mesmo que, em alguns casos, não tenham relação direta com o crime por ele cometido. Esse gesto pode ser traduzido como: 1) admiração aos valores que cercam o personagem pistoleiro – por exemplo, valentia, coragem, virilidade; 2) relação familiar com o matador ou com algum dos outros cinco elementos componentes da estrutura do crime de pistolagem; 3) por servirem-se da proteção do pistoleiro; ou 4) por medo e mediante ameaça de morte. Esses cinco elementos poderão se mostrar todos juntos, como partes integrantes de um mesmo crime, ou poderão apresentar-se em partes. Em outras palavras, poderão ocorrer crimes de pistolagem, por exemplo, em que somente estarão presentes o “mandante” e o “pistoleiro”, associados para a execução do mesmo delito, assim como pode ser o caso de os cinco componentes da tipologia apresentada

se façam presentes. Por conseguinte, todos esses elementos poderão ser móveis e variáveis. Ou seja, alguns dos agentes que compõem a estrutura podem assumir diferentes, papéis dependendo das circunstâncias.

O crime de pistolagem pode ser motivado por diversas razões. Por exemplo, questões relacionadas a disputa por terras ou política, conflitos entre famílias, transações comerciais e econômicas, vingança, infidelidade conjugal, entre outros. Além disso, a figura do matador de aluguel pode ser identificada como parte de organizações criminosas, como, por exemplo, grupos de extermínio e ou de justiceiros, quadrilhas de roubo de cargas, assalto a bancos, entre outros.

Este roteiro de pesquisa é o resultado textual de cinco anos de itinerários de uma pesquisa etnográfica voltada, basicamente, para a compreensão e análise do universo social do personagem pistoleiro e que teve como palco delimitador dos trabalhos o estado do Ceará. Neste texto, além desse termo, serão utilizadas as expressões “matador” e “matador de aluguel” como formas de designar o assassino que é pago para matar.

Entre as diferentes formas de apreensão e conhecimento da realidade social que envolve o matador de aluguel – exploração de fontes escritas e orais – esta investigação construiu seus referenciais privilegiando, sobretudo, o registro de experiências individuais rememoradas, reordenadas e relatadas em forma de trajetórias individuais de vidas, mais precisamente, histórias de vida e autobiografia. A proposta deste texto, nesse sentido, é trabalhar a (auto)construção e representação do personagem matador de aluguel, a partir de fontes tradicionais, mas, especialmente, servindo-se das falas individuais, utilizadas como ferramentas orientadoras e informacionais de trajetórias pessoais, identidades e pertencimentos.

Em suma, não obstante o uso de recursos cognitivos mais convencionais para obtenção de respostas do trabalho de investigação social, a pesquisa aqui apresentada em forma de roteiro de trabalho primou por evidenciar as narrativas dos sujeitos que de forma direta e/ou indireta tiveram suas vidas, em algum momento e por algum motivo, entrelaçadas com o fenômeno da pistolagem.

Tendo como cenário de atuação essas experiências individuais, coube-me construir e fazer significar as histórias que me foram contadas. Tinha interesse em apreendê-las e as aprender na memória para melhor saber recontá-las, atribuindo-lhes sentidos muitas vezes insuspeitados por seus contadores originais. Em quase todo este trabalho, portanto, a palavra escrita foi reabastecida com o “combustível dos poços do não escrito” (CALVINO, 2006, p. 142); o não escrito estimulando a escrita.

Relatos de vida e mortes como história

Falar de histórias de vida é, antes de tudo, nas palavras de Bourdieu (2002, p. 183), “pelo menos pressupor (...) que a vida é uma história” e que “uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”. Nesta pesquisa, a “vida organizada como uma história” (idem, p. 184) foi utilizada como evocação de experiências individuais, em que os sujeitos narradores assumiram livremente o papel de reordenar (de forma lógica, cronológica e instrumentalizada) e reconstruir seletivamente um conjunto de acontecimentos ocorridos durante determinado eixo temporal.

O repertório de algumas trajetórias pessoais de pistoleiros serviu-lhes como instrumento de reconstrução de suas identidades, apoiando-se não no modo como eles são percebidos pela mídia, polícia, Justiça, literatura e senso comum, mas em autopercepções e como visam e justificam suas ações criminosas, sobretudo como se reinventam a partir da interpretação que dão às suas histórias de vida.

E além das histórias de vida, colaboraram na compreensão do fenômeno da pistolagem os documentos pessoais (entrevistas, matérias em noticiários e anotações particulares), que foram acrescentados ao material dialógico recolhido, de maneira que todas essas ferramentas utilizadas de modo colaborativo tiveram o intuito de produzir aquilo que Becker (1994) chamou de “compreensão do quadro como um todo” a partir de “peças” de um “mosaico”.

A pesquisa no campo dos crimes de pistolagem

A escolha por trabalhar a pistolagem nos limites traçados por uma fronteira geográfica relativamente familiar – o estado do Ceará – se, por um lado, significou não ultrapassar essa cartografia, de outra parte significou viajar muito além de meu “chão” sociocultural. Estudar “o próximo, o vizinho, o amigo”, como afirma Velho (2003, p. 15), “já não é um empreendimento excepcional”. No trabalho de campo, DaMatta (1993, pp. 157-159) sugere a seguinte fórmula para quem fará pesquisas na seara da sua sociedade: “Transformar o familiar em exótico”, explicando o que ele entende por exótico como “um elemento situado fora do meu mundo diário”.

Velho (1980, pp. 15-16), por sua vez, também chama a atenção para a ideia de que “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos”. Nos locais abrangidos pela pesquisa de campo, a sensação era de que todo aquele universo social narrativo dizia respeito a uma realidade que se passava muito longe do pesquisador, apesar de estar tão perto.

No percurso da pesquisa, foram percorridos 35 municípios e um número bem maior de pequenas localidades, nas quais foram realizadas 104 entrevistas, que se somaram a milhares de conversas, formando uma rede dialógica informacional gerada em territórios urbanos/rurais/unidades prisionais.

Logo no início da investigação empírica, percebi que o *métier* de pesquisador era interpretado por algumas categorias entrevistadas, sobretudo entre pistoleiros e policiais, sob a ótica da desconfiança. Frases como “Esse trabalho é para a Secretaria de Segurança Pública?”, “Isso é coisa da Secretaria de Justiça?”, ou ainda “É para sair no jornal? Porque, se for, não falo nada” (DC¹) traduziam a suspeita dos interlocutores, motivada pela incompreensão que se alojava à atividade de pesquisador, facilmente associado a outras profissões com as quais os interlocutores tinham familiaridade.

Por um lado, o fato de entrevistar de forma recorrente pistoleiros detidos em unidades prisionais era, para alguns policiais e agentes penitenciários que trabalhavam nessas instituições de segurança, motivo de suspeita. Alguns desses

1 Diário de campo, que citarei dessa forma, acompanhado da data da anotação.

agentes públicos associavam à figura do pesquisador interpretações que decorriam da identidade do personagem pistoleiro. Por mais de uma vez ouvi a seguinte frase em tom de brincadeira: “O senhor já gosta de falar com o pessoal do ‘dedo-mole’²” (DC, 04/03/2004). Pois para inferir sobre essa e outras frases³ – surgidas principalmente durante visitas a acusados de envolvimento nos crimes de pistolagem – e sobretudo para torná-las inteligíveis, sugiro a metáfora do “círculo contagioso”. Trata-se de um modo de explicar que alguns elementos que compõem a identidade sociocultural de matador de aluguel irradiam para aqueles que se aproximam rotineiramente dele.

Durante a pesquisa de campo, portanto, características que compõem a identidade do pistoleiro formada por seu *background* sociocultural foram usadas como fonte informacional da identidade daquele que se aproximasse do matador de aluguel. Em referência a esse tipo de situação vivida, trazemos as palavras de Goffman (1988, pp. 77-58):

O caso extremo talvez seja a situação em círculos de criminosos; uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito (diz-se, então, de uma pessoa que está com ordem de prisão que “ela está com varíola” e que sua doença criminosa “pega”).

Aproximar-se de um pistoleiro, por esse viés, é estar sujeito a “contagiar-se” com a “doença criminosa” dele, é entrar em contato com uma espécie de “intocável”, nos moldes estudados por Dumont (1992). O pistoleiro, por conseguinte, teria a capacidade de “contaminar” quem estivesse nesse “círculo contagioso”.

Por outro lado, os pistoleiros, de modo análogo a alguns policiais e agentes carcerários, também faziam a leitura do papel do pesquisador pela ótica da suspeita. Para eles, o pesquisador é detentor de uma identidade ambígua, pertence a uma zona fronteira, em que de um lado é alguém que diz ter um pertencimento acadêmico, mas, além disso, está fazendo uma espécie de trabalho de investigação, que se confunde com a atividade policial ou jornalística.

2 “Dedo-mole” é uma atribuição feita ao pistoleiro, principalmente por policiais.

3 Frases como “Só quem gosta da conversa de pistoleiro é o Diabo. Nem quem manda matar gosta, porque esse tipo é bicho traiçoeiro. E agora o senhor que ouve horas o que esses sujeitos aí têm para dizer. Estranho isso! Deus me livre!” (DC, 12/05/2003).

No que tange ainda a essa incompreensão da função do pesquisador, é também fato relevante que alguns entrevistados tentavam se beneficiar da proximidade com ele para solicitar favores pessoais, ou, ainda, fazer denúncias contra autoridades policiais e relatar perseguições que estariam sofrendo, por exemplo: “O senhor poderia falar com o secretário de Justiça? É porque estou preso aqui há oito meses e não tive nenhuma audiência e nem tenho ainda advogado”; “Olhe o que os policiais fizeram comigo! Me bateram muito para que confessasse essa pistolagem. Tire umas fotos e leve para a imprensa”; e “Faça um favor para mim, fale com o Secretário de Justiça, peça para me transferir daqui porque aqui vão me matar, já ‘tem dinheiro correndo em cima de mim’⁴” (DC, 20/06/2003). Nessa direção, nos ensina Barreira (1998, p. 29) a respeito de entrevistas com aqueles que perpetraram crimes: “A entrevista é uma oportunidade de o informante passar sua verdade (...) é o momento de se explicar, buscando uma justificativa para um público”.

Durante a pesquisa também foram encontradas as mais diversas configurações narrativas sobre o pistoleiro realizadas por diferentes categorias de entrevistados e de pessoas com as quais conversamos.

Certo número de operadores de segurança pública, sobretudo os profissionais mais antigos, traçou o perfil desse personagem por meio de diversas histórias. Em uma delas, o matador assumia, em determinados momentos, por exemplo, o papel de herói e até de “bandido de honra”, nos moldes do “bandido social” *hobsbawmiano* (HOBSBAWM, 1976). Nesse delineamento, eram acentuados valores como a “palavra dada”, a “honra”, a “valentia”, a “coragem pessoal”, o compromisso com uma “justiça popular voltada para as classes menos favorecidas economicamente”, entre outros.

O matador de aluguel, para esses, era mais do que simplesmente o assassino pago para executar um crime de morte; era o “homem que fez justiça” (quando matou alguém), que “vingou” (algo cometido contra ele ou contra outrem), que “lavou a honra” (sua ou de alguém que lhe era próximo), que, apesar de criminal, é alguém que “ajuda os pobres”, que é “um homem generoso” ou, ainda, que está “apenas cumprindo seu destino” (DC, 13/06/2003). Em casos similares, a identidade do pisto-

4 “Estar correndo dinheiro em cima de alguém” é uma expressão muito utilizada no mundo da pistolagem e significa dizer que já há um crime de morte planejado, com uma vítima escolhida e o valor a ser pago acertado.

leiro é discursivamente “corrigida”, por meio da justificação da violência letal praticada por ele, tendo em vista que o crime de morte só foi cometido, segundo esse fundamento, porque visava à defesa de valores incorporados por determinado grupo sociocultural de que o pistoleiro é parte; ao passo que a identidade da vítima, nesse argumento, é reformulada, de modo preditivo, tendo como base a justificativa moral atribuída e enaltecida às atitudes do personagem pistoleiro. Nesse sentido, as identidades das vítimas são elaboradas visando justificar a ação criminosa cometida, por exemplo: “Ele foi morto porque tinha culpa no cartório”; “Ele morreu porque merecia morrer. Pagou o que fez no cano do revólver”; “Foi mexer com quem não devia, mandaram matar” e “Buliu com quem *tava* quieto, aí amanheceu com a boca cheia de formiga” (DC, 04/08/2003).

O discurso a respeito do pistoleiro era conduzido, dessa maneira, não somente por meio dos elementos que já haviam sido postos pela mídia, polícia e/ou Justiça, mas por meio de um gradiente de atributos pessoais que produziam um “novo indivíduo”, uma espécie de “homem convertido”. Muitas das histórias que ouvi não versavam sobre aquele homem que mata por dinheiro, mas sim sobre o indivíduo que mata por certa fidelidade – a laços de parentesco, amizade ou valores – ou porque cumpre o caminho de uma certa facticidade e, portanto é fiel, também ao *amor fati*, ao destino social que lhe contrapôs. Um exemplo colhido da fala de um pistoleiro: “Tem gente que nasce para ser padre, outro médico, político, escritor... o meu destino é nascer para matar gente e eu estou cumprindo ele, porque do destino ninguém foge” (DC, 08/12/2005).

De forma distinta, os policiais com menos tempo de serviço tinham outras opiniões e apreciações em relação ao personagem pistoleiro. Na classificação de muitos deles, o pistoleiro é alguém que quando está preso é calado, geralmente não “se mete em confusão” e, quando tem recursos financeiros, desfruta de determinadas “regalias” no presídio, que vão desde aparelhagens eletrônicas em suas celas, maior número de visitas e, até mesmo, ao cumprimento da pena em instituições de segurança pública estadual que apresentem “melhores condições” para ele⁵.

5 Por “melhores condições” entenda-se uma instituição penal onde os agentes que lá exercem seu ofício têm menor grau de rigidez disciplinar com os presos que podem pagar por sua segurança e bem-estar, ou um presídio de localização mais próxima dos familiares do pistoleiro, entre outras condições favoráveis.

Policiais com esse perfil não mais ressaltavam as categorias encontradas ou criadas por seus colegas veteranos (a valentia, a honra, a palavra dada), mas era relevante em seus discursos o fato de o pistoleiro ter ou não dinheiro, “Aqui no presídio vale quem tem dinheiro. Se o pistoleiro tem grana, dele mesmo ou do mandante, então ele passa bem”, conforme disse um desses agentes de segurança (DC, 09/08/2006).

No início da pesquisa, vários interlocutores me indicaram regiões/cidades/bairros em que haveria maior incidência de crimes de pistolagem⁶. Além dessas contribuições, o trabalho foi guiado sobretudo a partir da disposição de pessoas para dar entrevistas, para socializar seus acervos de vidas. Associados a essas informações, serviram também como referencial norteador do trabalho os locais onde ocorriam os crimes, que eram revelados em notícias de jornais, inquéritos policiais e processos judiciais.

Em muitos relatos orais, eram significativos a ausência e os esquecimentos de certos temas/acontecimentos, principalmente por parte do grupo ligado às vítimas de pistolagem, mas também por parte dos criminais. Frases como “Não lembro mais nada do dia que os pistoleiros mataram ele”; “Estou arrependida de ter mandando matar meu marido, não lembro nem como foi que contratei aqueles pistoleiros”; ou ainda “Essa morte já está com tanto tempo que fiz que nem sei mais como é que foi” (DC, 15/03/2006) eram as mais recorrentes. Esse recurso foi interpretado como uma espécie de seletividade aplicada pelo informante, que, de um lado, ressaltava algum tema e, de outro, omitia histórias que não gostaria de contar⁷.

Cada informante/narrador foi tomado como um arquivo onde os registros de vida estão a todo o momento sendo – pelo narrador – selecionados, reclassificados, ressignificados, recalçados e redefinidos, formando, ao final, um repertório dialógico a respeito dos itinerários do pistoleiro e da pistolagem.

Esse repertório não pode ser visto como “realidade estocada”, a nos proporcionar a sensação do retorno à origem dos fatos relatados. As narrativas não serviram como arquivos restituídores de um tempo perdido, foram vistas

6 Nessa fase, interlocutores evidenciavam dados quantitativos relacionados a assassinatos cometidos por pistoleiros na capital e no restante do estado. Essas informações eram fornecidas de forma sistemática e ilustradas por histórias que narravam com riqueza de detalhes cada uma dessas mortes, que eram contadas, na maioria das vezes, de modo performático pelos narradores: “O pistoleiro chegou assim por trás e ‘meteu ficha’ nele, foi *pou, pou, pou!*” (meter ficha = atirar) (DC, 14/07/2003).

7 Pereira (1991, p. 114): “O que o informante seleciona para relatar é muito significativo, da mesma forma que a ausência de certos temas e os esquecimentos”. O pesquisador deve levar em consideração que “existe um subtexto nas entrevistas, representado precisamente pelas omissões, esquecimentos e ausências que devem ser incorporados ao relato como um todo”.

como mecanismo classificatório de versões e exercício seletivo de poder. Nesse segmento, conforme já assinalado, a identidade de pistoleiro foi elaborada e, em alguns casos, convertida de forma discricionária pelos informantes. A palavra foi, em síntese, conforme destacou Bakhtin (1993, p. 99), “o território comum do locutor e do interlocutor”; e foram as palavras e tudo o que gira em torno delas (o silêncio, as entrelinhas contidas nas performances etc.) que referenciaram o entendimento do campo da pistolagem e da formação do pistoleiro nesta investigação social.

A construção de identidades violentas

A pesquisa teve início no começo de 2003 e se estendeu até o primeiro semestre de 2008. O ponto de partida foi a revisão literária efetivada com o auxílio de fontes hemerográficas, bibliográficas e de arquivos – para em seguida contemplar a fase das entrevistas. Jornais e arquivos documentais – estes últimos públicos e privados – representaram passos iniciais importantes em direção ao estudo e à interação teórica com o mundo social do pistoleiro. Em documentos antigos, pude empreender um percurso de distanciamento dos dias atuais em busca de registros sobre crimes de pistolagem e acerca de pistoleiros.

Atentei, no entanto, para o fato de que ao me distanciar bastante da época presente, buscando vestígios, resíduos da pistolagem e do pistoleiro em documentos muito antigos, começaram a surgir alguns dilemas hermenêuticos. A rubrica “pistoleiro”, por exemplo, não é visualizada em tempos precedentes ao atual. Porém, outras denominações linguísticas aparecem como indicativas do crime de pistolagem e do sujeito da ação delituosa – o pistoleiro. São elas, principalmente: cangaço, jagunço, capanga e capataz. Vasculhando jornais cearenses do século XIX e mesmo muitos do século XX, encontramos homicídios que podem ser identificados como crimes de pistolagem. A leitura da matéria nos permitirá reconhecer, inclusive, a figura do pistoleiro e, talvez, até mesmo a do mandante, contudo o fato não estará posto, logicamente, com a linguagem usada nos meios de comunicação da atualidade.

Essa característica não é algo inerente aos periódicos. Ela poderá ser detectada, de forma equivalente, em processos judiciais, inquéritos policiais e em livros a respeito do “banditismo” cearense escritos no início do século XX.

De maneira semelhante, esse traço distintivo poderá ser reconhecido na literatura ficcional, onde, em geral, a figura do pistoleiro muitas vezes é incorporada à de outros agentes, sobretudo do cenário rural, a exemplo do que já foi dito, o cangaceiro, o jagunço, o capataz ou o capanga.

Outras locuções a respeito do personagem pistoleiro foram recolhidas durante a primeira etapa da pesquisa. Menciono, por exemplo, o seguinte texto, publicado no jornal *O Cearense*: “Aludis à tentativa de morte de que, há poucos dias fui vítima, cometida de surpresa covarde e traiçoeiramente por um sicário, de conta própria ou por mandato...” (SEM ASSINATURA, 07/02/1890).

Coube-me, portanto, quer na fonte periódico/inquérito/processo quer, do mesmo modo, na ficcional, uma leitura interpretativa e contextual, um olhar específico sobre essa identidade social *lusco-fusco* do pistoleiro, que assume de modo articular – na forma discursiva e de representações sociais – um conjunto de identificações culturais.

Segundo a reminiscência de colaboradores desta pesquisa, considerados por mídia, polícia, Justiça e população como os mais conhecidos matadores de aluguel do Ceará, durante grande parte da década de 1960 o pistoleiro era reconhecido – sobretudo pelos habitantes do sertão cearense – pelos termos “cangaceiro” ou “jagunço”. De acordo com esses mesmos interlocutores, até mesmo no início da década de 1980, quando algumas pessoas se referiam a “pistoleiros”, ainda os chamavam, principalmente, pelo termo cangaceiro, em referência aos grupos de homens armados que vagavam pela zona rural do Nordeste brasileiro – mais precisamente nos sertões – em meados do século XIX e começo do século XX, matando, roubando, sequestrando.

Dentre as categorias de interlocutores que colaboraram para esta pesquisa, uma, a de mandante de crimes de pistolagem, pode oferecer um bom exemplo do assunto tratado, quanto ao uso dos termos pistoleiro e cangaceiro. Como exemplo, o trecho do diário de campo abaixo:

Sempre teve muitos pistoleiros nessas terras. Pistoleiro, não, cangaceiro. Mas era outro tipo de homem, diferente dos de hoje em dia. O de antigamente tinha palavra, tinha lealdade; o povo temia, mas eu, não, eu respeitava. No tempo que eu era criança, o povo dizia que o cangaceiro sicrano foi contratado pelo fulano para matar beltrano; era o cangaceiro que atocaiava uma pessoa a mando de um fazendeiro, de um político... Cresci ouvindo essas histórias. Esse negócio de pistoleiro é coisa mais da década de 1970 para cá (DC, 03/05/2003).

Ficou claro na pesquisa que o emprego do termo cangaceiro como instrumento de adequação para reconhecer a identidade de pistoleiro decorre do caráter polissêmico que adquiriu o vocábulo, mormente após o fim do ciclo do cangaço, circunstância em que essa locução se tornou sinônimo de “bandido rural”.

Provavelmente, a identidade cultural de pistoleiro foi ao longo da história se constituindo e modelando, por meio de conteúdos valorativos que se estruturaram – com maior ênfase no imaginário coletivo –, o *ethos* do personagem cangaceiro, voltado, por exemplo, para questões como honra, vingança, valentia, palavra dada, legitimidade da *justiça* privada etc.

Por conseguinte, o emprego do termo cangaceiro para identificar o assassino de aluguel decorre do argumento de que durante muitos anos a função dos dois personagens – pistoleiro e cangaceiro – era indistinta no imaginário popular. Difícil foi, portanto, não atribuir a identidade de um à de outro, não obstante as diferenças definidas entre os dois. Portanto, devido ao fato de a identidade de pistoleiro ter tido uma definição relativamente imprecisa, ela comportou, ao longo de um grande período histórico, uma *identificabilidade* relacional com tipos de criminosos já conhecidos popularmente, o caso do cangaceiro.

A literatura especializada sobre o cangaço assinala que esses dois personagens tiveram, inclusive, uma coexistência espaço-temporal. Por exemplo, Mello (1985) defende que Lampião e outros cangaceiros empregavam pistoleiros para assassinar alguns de seus inimigos, e que isso, segundo destaca o autor, decorria da discrição do pistoleiro, marcada por suas vestimentas, e do modo como ele promovia o ataque à vítima, com sutileza, sem chamar a atenção. Diferia, por consequin-

te, do cangaceiro, que chamava a atenção pelo colorido das indumentárias, além do modo barulhento de promover seus combates. O autor ainda frisa que o pistoleiro utilizado pelos cangaceiros não era este “despido do seu cangaço” (idem, p. 26), ou seja, não seria um cangaceiro na atribuição de pistoleiro. Aquele, em decorrência do grande peso que transportava sobre seus ombros, desenvolvia com o tempo uma deformidade física, o chamado “calo de bernal”. Esse detalhe levava os policiais, quando desconfiavam que alguém pudesse ser um cangaceiro, a tocar no ombro do suspeito à procura da existência do referido defeito estético denunciador. Esse fato, na visão de Mello, contribuiu para o crescimento das transações entre cangaceiros e pistoleiros, quando se tratava de efetuar algum assassinato nos centros urbanos.

Por sua vez, Maria Oliveira Matta Machado (1978, p. 19), uma estudiosa do fenômeno do cangaço, afirmou que o pistoleiro “tomou lugar” do jagunço. Em seguida, também diferencia o matador de aluguel do cangaceiro por meio de dois depoimentos. O primeiro, de Eron Lima de Oliveira, pistoleiro preso na Penitenciária de Salvador: “O pistoleiro é o homem bem trajado, que vai para a cidade fazer compras. Ele fica de tocaia, mata e segue para as terras do patrão”. E o segundo é de Angelo Bogne, vulgo Labareda, cangaceiro de Lampião: “Pistoleiro é muito diferente de cangaceiro. Pistoleiro *dá carona* para um companheiro e o mata à traição na estrada. Pistoleiro dá de comer na casa dele para um homem e o abate com um tiro nas costas”.

Da mesma forma que o cangaceiro, o pistoleiro teve sua genealogia espacial no lócus sertão. O sertão desenvolveu, durante muitos anos (diria que até alguns séculos), a marca indelével de região palco de vários conflitos sociais (brigas entre famílias, assassinatos decorrentes de disputas políticas, vendetas etc.).

Em épocas passadas, no lugar de destaque desses conflitos estavam os coronéis, os grandes proprietários de terras e os chefes políticos municipais, que lançavam mão de seus empregados, agregados, jagunços ou capangas para fazer prevalecer interesses particulares. Aqueles entravam com o poder e o dinheiro; estes com os atributos pessoais da valentia e da destreza no manuseio de armas.

No interior do Brasil, durante o Império e a República, as disputas entre grupos rivais de famílias e políticos resultaram na cooptação de vaqueiros para a finalidade de executores de crimes de morte, consoante as palavras de Bastide (1979, p. 107): “O vaqueiro torna-se, assim, um profissional do crime. Do crime encomendado por seu padrinho ou por seu protetor, que comete não tanto por dinheiro, mas por uma espécie de fidelidade feudal, de vassalo para suserano”. Mas, processualmente, a pistolagem deixou de modo incisivo de ser um crime tipicamente rural para se tornar um fenômeno criminoso ligado também aos centros urbanos; isto é, passou a ser um tipo de delito criminal que acontece tanto no sertão quanto nas cidades e na capital.

Alguns entrevistados delinearam eixos dicotômicos por meio dos quais se pode melhor compreender o personagem pistoleiro na atualidade. Por exemplo: pistoleiro antigo/tradicional e pistoleiro urbano/moderno. Esses elementos sugeriam novas modelações no comportamento social do pistoleiro que foi se adaptando aos tempos hodiernos.

As mudanças relacionadas ao crime de pistolagem tornaram-se mais perceptíveis na década de 1980. Para a imprensa, foi nesse período que surgiu o “pistoleiro de zona urbana” (SEM ASSINATURA, 23/09/1982) ou ainda, de acordo com os colaboradores desta pesquisa, o “motopistoleiro” ou o “pistoleiro moderno”, em oposição ao “pistoleiro antigo” e/ou “pistoleiro tradicional”. Essas categorias nativas formuladas de modo dualístico apontam para a urbanização de certos costumes e práticas no universo social dos crimes de aluguel. Um exemplo disso é o fato de hoje em dia o pistoleiro se transportar de motocicleta em vez de cavalo na realização de seus crimes de execução ou “serviços”, de assegurar o anonimato pelo uso do capacete e, a partir de então, passar a utilizar, de forma recorrente, em vez de revólveres, principalmente as pistolas, “armas de cano curto”, o meio letal mais empregado atualmente nesses crimes⁸.

Outro dado manifestado como diferença entre o “pistoleiro tradicional” e o “pistoleiro moderno” é que no caso do primeiro, o assassinato era a principal finalidade criminosa, enquanto no do último, além dos assassinatos, outros tipos de delitos estão presentes, conforme as palavras de um delegado de polícia entrevistado:

⁸ O crime de pistolagem não é cometido somente com o uso de armas de fogo, mas também por outros meios, como “armas brancas” (faca, punhal, peixeira etc.), veneno ou até mesmo por simulação de acidentes.

Hoje em dia, qualquer pirangueiro⁹ do interior, que é tido à prática de atos criminosos, como, por exemplo, o desvio de carga, assalto a banco (...), pega uma moto, mete um capacete na cabeça e comete um crime de pistolagem (DC, 22/10/2003).

Os relatos orais dos entrevistados não mostraram somente rupturas entre as categorias “pistoleiro antigo” e “novo”, mas também permanências. Entre aquilo que se pode chamar de continuidades – aquilo que ainda hoje é uma característica fortemente arraigada tanto ao “pistoleiro tradicional” quanto ao “urbano” –, está a prática da vaquejada, sobretudo na forma de esporte. Um policial entrevistado salienta que “a paixão do pistoleiro pela vaquejada é tamanha que tem pistoleiro que corre vaquejada até mesmo com prisão preventiva decretada, pondo em risco a sua liberdade”¹⁰.

Dessa forma, dos matadores entrevistados, a maior parte era ou ainda é formada de vaqueiros. Vale salientar que poucos são os que fazem da vaquejada uma profissão, mas a maioria a pratica como esporte. Os colóquios com pistoleiros ou se iniciavam pelo assunto vaquejada ou se chegava a ele no decorrer da conversa, na forma de raças de animais, de relacionamentos iniciados e desfeitos em parque de vaquejadas ou de litígios interpessoais que findaram com morte, tendo sido a causa geradora do conflito um cavalo ou uma cabeça de gado. De um pistoleiro que estava em uma unidade prisional, escutamos o seguinte: “Tenho mais saudades das vaquejadas, do cheiro do gado e do meu cavalo do que de minha família, mulher e filhos”. De outro, a seguinte intervenção: “Meu cavalo é parte de mim. Quando estou em uma vaquejada, eu corro com as pernas dele” (DC, 07/03/2007). O trecho do depoimento de um delegado de polícia joga mais luzes sobre a relação pistoleiro e vaquejada:

Vaquejada é uma atividade grosseira. Pegar boi é algo pesado, é coisa de homem. Você não encontra homossexual vaqueiro. Todo pistoleiro gosta de vaquejada. Não vi um ainda que não gostasse. É esporte de homem macho e o mundo deles é esse, mundo de machos, de cabras valentes, de homens brutos. Quando passei a procurar pistoleiro, comecei a andar em circuitos de vaquejadas, no Ceará, no Pará... Todo pistoleiro é um bom vaqueiro (DC, 19/03/2003).

9 Pirangueiro: criminoso que comete pequenos delitos.

10 Sobre isso, ver Cavalcante (2002).

Há, por conseguinte, forte vínculo entre o universo social do pistoleiro e o da vaquejada. E é fácil enxergar semelhança com a exposição que Evans-Pritchard (1999, p. 27) faz a respeito dos nuer:

Qualquer assunto que começasse, e de qualquer ângulo que o abordasse, logo estaríamos falando de vacas e bois, vitelas e novilhos, carneiros e ovelhas, bodes e cabras, bezerros e ovelhas e cabritos. Já mencionei que esta obsessão – pois é isso que parece para um estrangeiro – deve-se não somente ao grande valor econômico do gado, mas também ao fato de que ele constitui o vínculo de numerosos relacionamentos sociais. Os nuer têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais em função do gado. Seu idioma social é um idioma bovino.

Um informante traçou, inclusive, uma associação entre as estruturas da vaquejada e da pistolagem, da seguinte forma: na vaquejada, em linhas gerais, dois vaqueiros correm a cavalo, trabalhando em conjunto, com o objetivo de derrubar um boi, que deverá cair no limite estabelecido pelas normas da competição. Um vaqueiro, portanto, auxilia o outro nessa tarefa. De modo similar, no crime de pistolagem são dois homens em uma motocicleta (e outrora fora em um cavalo ou em um burro), um que pilota o veículo e é conhecido no jargão da pistolagem como “cavalo”, ou “parelha”, e o outro, o matador, que vai à garupa da moto e que tem como finalidade atirar na vítima. O piloto da motocicleta tem papel similar àquele do vaqueiro que ajuda o seu companheiro a derrubar o boi, ou seja, o “cavalo” facilita a ação do pistoleiro, tendo a função de levá-lo até a vítima e depois lhe dar fuga. Feito esse desenho, o mesmo interlocutor chamou a atenção para alguns termos que são iguais na pistolagem e na vaquejada. Por exemplo, quando o pistoleiro mata alguém, ele diz que “derrubou o homem”, expressão que guarda semelhança com a usada na vaquejada, quando o vaqueiro se refere a “derrubar o boi”.

Sobre a formação social do pistoleiro, um ponto em comum sobressaiu por ser recorrente no decurso desta investigação; refiro-me à gradativa adesão dos atores sociais

participantes, desde a infância e/ou adolescência, a valores, sentimentos e representações ligados, conceitual e culturalmente, ao universo masculino. A construção dos protagonistas envolvidos no processo de formação social do matador de aluguel perpassa a incorporação e reprodução da visão masculina do mundo, e, portanto, da dependência desses atores sociais a uma espécie de “pedagogia da virilidade e da violência”. Desse modo, processualmente são embutidos em cada um desses agentes sociais implicados no processo de formação de pistoleiro códigos comportamentais comuns aos envolvidos, com padrões de conduta que revelam e indicam o pertencimento deles a um universo social masculino, constituído socialmente por um “*ethos* da virilidade” (ZALUAR, 1994).

O pistoleiro se identifica como um “cabra macho”, um “homem disposto” ou ainda, simplesmente, utilizando uma expressão que abrange todas essas, ele se denomina como “homem”, palavra esta que traz um elevado grau de complexidade, quando se lê o trecho a seguir do relato de um matador:

Ser homem pra mim significa ser macho, ter palavra, ter respeito, ser considerado e ter moral. Existe um bocado de coisa para se ser homem, não é só porque o cabra nasceu masculino que ele é homem. Ele tem que nascer masculino e tem também que ter honra, ser um homem de honra, do contrário não é homem. O cabra que rouba, por exemplo, ele não tem palavra, não tem honra, não é homem. Mas o pistoleiro é sempre homem de palavra, é homem de honra (DC, 04/05/2003).

Difícil, portanto, explicar o “ser homem” na dimensão contemplada pelo matador e a forma como essa categoria repercute na vida social daqueles que assumem essa condição. Essa expressão, além do mais, é livremente utilizada tanto na linguagem cotidiana dos pistoleiros quanto na de policiais que lidam com o universo social da pistolagem. O “ser homem”, nessa linha de raciocínio, surgiu nos relatos como forma social e representativamente identitária, uma construção discursiva que identifica o matador com base em um universo social, pessoal, simbólico e de visões de mundo e interações sociais, onde ele assume e exerce o papel daquilo que o matador entrevistado chamou de “homem de honra”. Esta

última categoria, no entanto, é o pano de fundo sobre o qual se formam diversos discursos que tendem a valorizar a coragem, a moral, a virilidade, a valentia, a justiça pessoal, a família, a política, a religião, em resumo, é um importante elemento para entender a formação e conformação do *habitus* de pistoleiro, bem como dos valores que foram incorporados a esse personagem durante a formação de sua identidade.

Essa espécie de identidade é “trabalhada” com suporte na linguagem e na cultura oral. A ênfase é na palavra dada em detrimento da escrita. É da linguagem oral que sai a “palavra de honra” e que são formuladas as normas de conduta, de socialização, os códigos dos assassinos e as leis da justiça privada.

Ao processo de formação de jovens do sexo masculino em pistoleiros é dado o nome de “lamber a rapadura”. Essa expressão representa o período de socialização do menino, que, ao final desse processo, tornar-se-á um matador de aluguel¹¹. Esse lapso temporal transcorre, via de regra, durante as fases da infância e adolescência do jovem que é “escolhido” para ser pistoleiro. No decorrer desse período de transição, o “candidato” a pistoleiro progressivamente ingressa no mundo dos valores, sentimentos e normas culturais que compõem o *habitus* de aspectos estruturais ligados à pistolagem.

Essa fase é marcada pela espera – por parte daqueles interessados¹² na formação do provável pistoleiro ou, futuramente, na contratação de seus “serviços” – pelo momento em que o menino atingirá a maturidade biológica/social e assumirá o *status* de matador de aluguel. E esse processo gradual de produção do pistoleiro é concluído quando é efetivada uma mudança ontológica na vida daquele que cumpre esse rito de passagem. Em outras palavras, quando é cumprido o “período de margem ou liminaridade” (GENNEP, 1977; TURNER, 2005) e o “candidato” alcança o *status* de pistoleiro.

Fragmento da história de vida de um pistoleiro descrito abaixo ilustra o “lamber a rapadura”:

Meus pais moravam e trabalhavam numa fazenda. O fazendeiro tinha pistoleiros e mandava eu andar com eles para ver e aprender o que eles faziam. Eles me ensinaram a atirar e eu treinava tiro todos os dias. Um dia, o fazendeiro me deu dois revólveres e muita bala e disse que para onde eu fosse, levasse eles, que nunca saísse sem as

11 Também se chama “lamber a rapadura” o período que o pistoleiro passa esperando o momento ideal para abater a sua vítima. De acordo com o depoimento de um interlocutor: “Tem vezes que passei até uma noite toda só lambendo a rapadura para dar o bote no sujeito” (DC, 12/04/2003).

12 Desempenham esta atividade o mandante, ou o agenciador, que também se chama intermediário ou cruzeteiro, nomes atribuídos àquele que negocia o preço dos “serviços” realizados pelo pistoleiro.

armas, porque um homem sem armas não é homem. Eu não largava mais as armas, nem para dormir, nem para comer e nem para ir ao banheiro. Outro dia, o fazendeiro mandou os pistoleiros cometerem um crime de pistolagem e disse para eu acompanhar eles e aprender como se mata uma pessoa. Eu fui. Depois, sempre que eles iam matar alguém eu ia com eles e já achava era bonito eles fazerem o “serviço”. Assim que completei 18 anos, o fazendeiro me perguntou se eu queria assumir o lugar dos pistoleiros, que eu teria dinheiro e mulheres. Respondi que sim. Então ele me mandou matar os pistoleiros antigos que faziam “serviço” para ele. Matei e assumi o lugar de pistoleiro de confiança daquele fazendeiro (DC, 06/06/2003).

As armas são incorporadas desde cedo à vida do pistoleiro. Simbolicamente, são vistas como parte de seus corpos, um membro indispensável de um organismo suprassensível, um corpo que se constitui como “a interface entre o social e o individual, entre a natureza e a cultura, entre o fisiológico e o simbólico”, conforme as palavras de Le Breton (2006, p. 92).

O corpo é “matéria de simbolismo”, como definiu Douglas (s/d., p. 138), e a esse respeito algumas frases coletadas na pesquisa denotam esse corpo inscrito por interpretações e figurações relacionadas às armas e ao universo viril no qual está inserido o matador de aluguel. Por exemplo: “Homem que é homem só sai de casa com o berro na cintura”; “Menino para ser macho tem que aprender a pegar no cabo da enxada ou no da espingarda”; “Antes do menino aprender a falar, ele tem que aprender é a atirar para ser macho”; “Não fico longe de minhas armas nem para ir ao banheiro”; ou “Se saio de casa e minha arma não está na cintura, sinto que está faltando uma parte de mim” (DC, 08/02/2007).

É motivo de orgulho e vaidade entre os matadores de aluguel atribuir a causa de alguns dos seus crimes a um rol de justificações morais, como defesa do “código de honra”, proteção à família, ou lealdade a amigos. Em outras palavras, os discursos que ressaltam os sentimentos de orgulho e vaidade surgiram na pesquisa como tentativas estratégicas de reelaborar seletivamente identidades, contudo usando argumentos contrários aos de Justiça, polícia, mídia e população.

Nessa perspectiva, a ideia de trajetória refere-se menos à experiência concreta, da vida vivida pelo indivíduo, do que a representações e ficções tecidas pelo narrador com as seguintes finalidades: 1) direcionar o ouvinte sobre o sentimento de pertença do narrador a determinado contexto e grupo de valores; e 2) se reconstruir narrativamente por meio de versões pessoais, desmentindo as falas que o tornam um pistoleiro.

Nessa acepção, o pistoleiro se reinventa no momento em que produz versões com o intuito de sobrepor-las aos fatos ocorridos na “vida real”. Exemplifico com fragmentos de narrações colhidos entre interlocutores: “Matei muita gente, mas para defender o sangue de minha família” e “Nunca matei por dinheiro, porque dinheiro não me compra. O que me compra é amizade, respeito, consideração. Até hoje só entrei em rabo de foguete porque fui leal aos amigos. Só matei por amizade” (DC, 14/02/2008).

Destaco duas descrições de pistoleiros que surgiram com frequência entre os diversos segmentos da população do estado.

Na primeira, o matador foi concebido por meio dos discursos que refletiam sentimentos como respeito e admiração. Por exemplo, ela aparece na passagem de uma entrevista realizada com um sacerdote no sertão cearense, na qual ele se refere à admiração da população por um jovem pistoleiro e pelo personagem matador de aluguel:

Todo mundo considera esse pistoleiro uma pessoa de bem. Dizer que é pistoleiro no sertão é como dizer que é um herói ou um santo, dá o maior ibope. Ele é conhecido aqui como “o fazedor de viúva” e desfruta da admiração até das autoridades locais (DC, 07/12/2005).

Outras falas coletadas apontam em direção semelhante, ressaltando respeito, admiração e a ideia de um provável glamour constituído como atributo do matador de aluguel: “Na minha fazenda escondo o homem que mata homem, o pistoleiro, mas não admito entrar ladrão. Se entrar ladrão, passo bala”; ou “Já namorei dois caras que eram pistoleiros e casei com um que matou uma pessoa para ganhar uma moto e uma pistola. Gosto desse tipo de homem, valente, corajoso...” (DC, 16/04/2004).

Na segunda descrição, foram recolhidas narrativas que formavam o personagem pistoleiro tomando como referência crenças populares encontradas sobretudo no sertão do estado. Formado tradicionalmente por uma matriz cultural fortemente cristã e sob a influência marcante do catolicismo, o sertão é um território cultural bastante propício ao misticismo, organizado sob dois grandes eixos antagônicos e imaginários: o bem, representado pelo Deus cristão, e o mal, representado pelo diabo. Essas duas representações míticas e divergentes entre si parecem duelar na arena de cada alma sertaneja, que cria para elas simbologias, associações e iconografias.

O pistoleiro é popularmente referenciado pelo mal e simbolizado pelo diabo ou por mitos religiosos afro-brasileiros sincretizados pelo catolicismo daqui. Relatos orais e autobiográficos dão conta de histórias de pistoleiros que fizeram pacto de sangue com o demônio, que têm poderes de desaparecer e se transformar em animais (porco, cachorro ou bode) ou coisas (pedaços de madeira), possuem “corpo fechado” à custa de “orações fortes”, usam patuás para proteção espiritual e, por essa razão, dizem que balas não os alcançam e lâminas não lhes ferem os corpos.

Os matadores entrevistados, por sua vez, contaram sobre seus protetores espirituais e alguns justificaram suas ações de acordo com suas ligações metafísicas. Por exemplo: “Meu santo protetor é São Jorge guerreiro. Rezo orações que minha mãe me ensinou, mas não posso mostrar elas a ninguém, senão enfraquecem. E sou protegido também por ‘Seu Zé’¹³”; “Minha bíblia é o livro de São Cipriano. De lá tiro as rezas para a minha proteção¹⁴”; ou ainda: “Quando eu era pistoleiro, fiz pacto com o diabo e todos os dias eu tinha que beber sangue, de criação ou meu mesmo, e não podia provar sal. Sou ruim porque fiz esse pacto” (DC, 03/05/2004).

Em relação aos tipos de matadores, a pesquisa utilizou a classificação nativa, entre pistoleiros “tradicionais” e “urbanos”. Para selecionar os personagens adequados a essa classificação, usei manchetes de jornais, noticiários, inquéritos policiais, processos judiciais e indicações dos interlocutores.

13 Referência a uma entidade chamada Zé Pelintra, pertencente à religião afro-brasileira.

14 Livro que contém rituais de ocultismo e magia para as mais diversas finalidades.

Uma característica marcante encontrada nos matadores tradicionais foi o redimensionamento moral de suas trajetórias no campo do crime de aluguel, ressignificando-as, conferindo uma nova roupagem aos assassinatos cometidos, tornando-os, por exemplo, uma vingança, um crime de honra e uma questão familiar. E o caso tipológico exemplificador com que a pesquisa se debruçou foi o de um homem chamado Idelfonso Maia da Cunha, conhecido por “Mainha”, considerado por polícia, Justiça e, sobretudo, pela mídia, como o “maior matador do Nordeste”¹⁵.

Apesar de ser consagrado por mídia, polícia e Justiça como um referencial no mundo da pistolagem, Mainha não aceita a versão que o nomeia como um matador de aluguel. Ele confirma que perpetrou crimes de morte, contudo nega que o motivo pelo qual os tenha cometido foi o dinheiro: “Dinheiro não é tudo na vida. Mais importante para mim é a amizade” (DC, 13/10/2007); “Só matei por questão de família ou para defender um amigo, um parente...”; “Matei para fazer justiça”. Por conseguinte, ele se investe nos papéis de vingador ou justiceiro.

Em suas narrativas, Mainha se vale da memória como produtora de sentidos e do esquecimento como técnica salvacionista. Um ótimo artesão do discurso, ele entrelaça acontecimentos passados com suas versões e se esforça para apagar as marcas, os rastros, que o identificam como um pistoleiro. Esquecendo, reabilita-se mediante valores que tem como nobres, de pertencimento à categoria dos homens que têm honra, que prezam a palavra dada, são leais, valentes, corajosos e defensores da família.

Ele trabalha com a recuperação da imagem idealizada e a destruição da “imagem oficial”. A primeira, ele reforça e traz pela memória; a outra, ele enfraquece, apaga, esquece. O olhar ao espelho para Mainha é um “não se ver”, no sentido de não ter uma visão externa de si, mas um imaginar-se, o construir uma visão desde as entranhas de suas versões.

O discurso aprisiona-o mais do que as grades da cadeia. Ele resta incólume no mundo criado, não convencional. Ele encoraja seu leitor-ouvinte a vê-lo, a percebê-lo por trás de suas palavras. Afinal de contas, ele é, nesse sentido, o “homem da palavra”, da palavra capaz de reintegrar a fratura social, capaz de redimi-lo e o colocar em um patamar diferente das leis e das convenções sociais do “mundo oficial”. O que é visível no “mundo oficial” não é dizível, mas o que é dizível deverá ser visível para ele.

15 A edição nº 363, de 07/09/1983 da revista *Isto É* trouxe na capa a foto de “Mainha”, com a seguinte legenda: “Especial Sindicato do Crime: O Maior Matador do Nordeste”. A pesquisa de campo se iniciou com as histórias de vida de Mainha, que percorreram todo o processo cognitivo da pesquisa. Ao longo de cinco anos de contato com ele, contava com 600 laudas referentes às suas histórias de vida e um conteúdo imagético de duas dezenas de DVDs nesse mesmo sentido, além de um farto acervo de registros fotográficos. O “núcleo duro” da pesquisa foi formado pelos relatos de experiências de vida desse personagem.

Em relação à segunda categoria de matadores, os “urbanos”, foi observado que somente uma pequena parte deles afirmou ter cometido crimes de pistolagem. A minoria, portanto, disse ser pistoleiro, enquanto outra parte concordou que apenas havia cometido (até o momento da entrevista) um crime desse gênero, o que não o tornaria um pistoleiro, como nas palavras de um detento: “Pistoleiro é quem vive disso. Só matei um cara para ganhar uns trocados e me dei foi mal” (DC, 26/06/2007). A maioria negou ter cometido os crimes que lhes foram imputados e, quando assumiu, rejeitou que fossem crimes de pistolagem.

Em parte, os que foram postos nessa categoria não aceitaram ser identificados como pistoleiros. Preferiram se intitular “justiceiros”¹⁶: “Faço justiça, sou um justiceiro, não sou pistoleiro (...), nunca fiquei atrás de um pé de pau para matar um chefe de família. Meu código só serve para bandido e só tem dois artigos, o 38 e o 12¹⁷” (22/06/2007). Ou então diziam que prestavam serviço a empresas de segurança urbana, como no depoimento abaixo:

Meu trabalho é fazer segurança comunitária. Não cometo crime de pistolagem. Tenho uma empresa de segurança privada formada em sua grande parte por policiais militares da ativa e da reserva. Somos uma polícia sem farda. Antes de tudo, somos cidadãos e protegemos comerciantes que são cidadãos e pais de família. Fazemos o que a polícia de farda não faz, prestamos serviço para os cidadãos que pagam a gente e para toda a comunidade que mora nas proximidades de onde a gente trabalha. A gente bota moral na região. Muitas vezes, perto de um comércio ou da casa de um pai de família, está cheio de imundície: é ladrão, cheirador de cola, viciado em crack, traficante... Aí a gente tira de circulação essas imundícies e deixa a área limpa. Mas isso não é pistolagem, porque não tiro a vida de gente de bem, nem de trabalhador, nem muito menos de pai de família honesto, só de vagabundo. Nós não matamos por dinheiro, mas para fazer justiça, o senhor entende isso? Se um marginal ameaça um chefe de família e ele não tem dinheiro para pagar a gente, nós agimos da mesma forma como fazemos quando alguém que nos paga. A gente livra o cidadão do incômodo. Por isso eu afirmo que a gente não pratica crime, a gente faz é justiça, a gente faz o que os governantes não fazem, porque bandido é lixo, é imundície e a gente limpa as áreas que a gente trabalha (DC, 08/11/2007).

16 Encontrei também a figura do justiceiro entre antigos assassinos. Três entrevistados assim se denominavam. Dois haviam pertencido a grupos de extermínio e um era um rico fazendeiro que dizia “fazer favor aos amigos”, matando ou emasculando inimigos destes.

17 Os números 38 e 12 são referências a calibres de armas de fogo.

Também entre os que nessa categoria foram selecionados e se negaram a tratar a si mesmos como pistoleiros, estavam aqueles que assassinavam por ordem de um chefe de quadrilhas/bando. Estruturas criminosas com maior grau de organização dispõem da figura do matador, cuja função essencial executar membros do grupo que entram em confronto com as regras internas da quadrilha. Esse tipo de crime é conhecido como “queima de arquivo”. Um exemplo típico encontra-se a fala de um dos colaboradores da pesquisa que está neste segmento:

Faz tempo que eu e meu irmão trabalhamos para esse grupo¹⁸. A função da gente é mais ou menos assim: quando alguém do grupo “sai da linha”, aí eu ou meu irmão “fechamos” o cara. Vou explicar: o sujeito sai por aí fazendo besteira, dizendo coisas para prejudicar a gente, dedura a gente para os homens (polícia) ou rouba dinheiro nosso... Quem age assim está cuspidando no prato que comeu, entende? Aí, ele (o chefe do grupo) manda eu ou meu irmão “calar” o sujeito. A gente não tolera alcaguete ou nego que é do nosso grupo, come do que a gente come, e é também informante da polícia. Gente assim merece é bala. (...) Não, mas isso não é pistolagem. O patrão dá uma gratificação para a gente quando se faz um “serviço” desse, mas isso não é pistolagem. Pistoleiro é outra coisa. No caso da gente, nós temos um patrão certo. Não é qualquer um com dinheiro que manda a gente fazer um “serviço”, a gente não anda matando para um e para outro (DC, 03/04/2008).

Constatamos que outros grupos, de menor organização ou de estruturação espontânea, não possuíam alguém com função exclusiva de assassinar. Por conseguinte, em geral, os incumbidos de desempenhar essa tarefa eram os que apresentavam maior disposição na prática de atos violentos, conforme o exemplo a seguir extraído do relato de um interlocutor, ex-participante de um grupo ligado ao narcotráfico: “Neguinho vacilou com o patrão, comprou e não pagou a pedra [*crack*]. Aí mandaram eu tacar fogo. Sentei o dedo, mas aí os homens me pegaram. Mas não tenho nada com pistoleiro”.

18 Na ocasião dessa entrevista o informante fazia parte de uma quadrilha interestadual. Sua função na organização criminosa era “eliminar” (assassinar) aqueles que contrariavam as regras do bando.

Dois dos mais novos acusados de prática de pisto-
lagem entrevistados tinham 18 anos. Um tinha começa-
do a matar aos 16 e já havia cometido 11 assassinatos,
estava preso e admitia os crimes, mas justificava seus
atos como “problemas envolvendo famílias”. O outro
também se encontrava preso após cometer seu primeiro
assassinato, e declarou que matou por “encomenda”. No
primeiro caso, tratava-se de um jovem que fora criado
pela família de um fazendeiro e este, de acordo com a
mídia e a polícia, o “treinou” para tornar-se um pistolei-
ro. Conforme ainda as mesmas fontes, todos os crimes
de morte efetuados por este jovem pistoleiro haviam
sido a mando do proprietário da fazenda.

O segundo caso representa um outro tipo de pis-
toleiro. “Pezinho” é seu apelido. Ele nunca usara uma
arma de fogo e, antes de praticar seu primeiro crime
de morte, foi levado pelo “agenciador” a um terreno
ermo para treinar tiros em umas latas. Os policiais
que o prenderam advertem: “Ele conta tudo com frieza”.
Perguntei a Pezinho como foi que ele se envolveu
naquele crime e ele respondeu de forma objetiva: “Fui
contratado para matar ele e matei” (DC, 23/05/2006).
Pezinho nasceu em um família de baixa renda, sonhou
melhorar sua vida trabalhando em São Paulo, viajou
para o Sudeste, não conseguiu trabalho, retornou ao
Ceará e pegou a primeira oportunidade de ganhar di-
nheiro, mesmo que fosse assassinando alguém.

Ele não agiu como um Rivière (FOUCAULT,
2003a) e nem tampouco como um Menocchio (GINZ-
BURG, 2002), ele não quis fazer uso da palavra, não se
construiu, se deixou construir pelos discursos policial,
midiático e judiciário. Acatou tudo o que a “palavra
oficial” dos inquéritos e processos disse a seu respeito.
Pezinho não reivindicou para seu ato uma questão de
justiça privada ou honra. Apenas aceitou, sem questio-
nar, a primeira proposta que lhe surgiu para ganhar
dinheiro e que era para matar alguém. O mandante do
crime lhe indagou se ele “queria ganhar dinheiro fácil”
e ele respondeu que sim. Então, o outro lhe pergunta:
“Você quer matar um homem?” Pezinho responde sem
vacilar: “Mato” (DC, 23/05/2006).

A história de vida de Pezinho poderia ser uma passagem do livro de Foucault sobre a “lenda dos homens obscuros”: “Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2003b, pp. 203-208). Seu relato de vida se contrapõe a outras histórias de vida que surgiram durante a pesquisa. Refiro-me precisamente às narrativas dos “pistoleiros tradicionais”. Estes reorganizaram suas histórias pessoais e se reinventaram por meio do uso da palavra.

O “pistoleiro tradicional” não aceita o “discurso oficial” de mídia, polícia e Justiça; ele reordena a história pessoal com base na sua criação, no seu discurso arquétipo, em que gira sobre a mesma base espiral, tentando arrastar a realidade para o centro de suas “verdades”.

Para esta pesquisa, enfim, foram vasculhados documentos e, sobretudo, memórias, pois “somos aquilo de que nos lembramos” (FENTRESS, 1992, p. 20). A memória compartilhada pelas narrações sinalizou, portanto, o percurso principal para alcançar as metas deste trabalho. Assim, o fundamental esforço desta pesquisa foi, justamente, como escreveu Garcia Márquez (2003, p. 13), “recompor, com tantos estilhaços dispersos, o espelho quebrado da memória”.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. (1993), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora UnB.
- BARREIRA, César. (1998), *Crimes por encomenda, violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BASTIDE, Roger. (1979), “O banditismo no sertão”. Em: *Brasil terra de contrastes*. Rio de Janeiro, Difel.
- BECKER, Howard S. (1994), *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Hucitec.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), “A ilusão biográfica”. Em: AMADO, Janaína [e] FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- CALVINO, Italo. (2006), “A palavra escrita e a não escrita”. Em: AMADO, Janaína [e] FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. (2002), *Matadores de gente: Como se faz um pistoleiro*. São Paulo, Annablume.
- DAMATTA, Roberto. (1993), *Relativizando*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DOUGLAS, Mary. (s/d), *Pureza e perigo*. Lisboa, Edições 70.
- DUMONT, Louis. (1992), *Ensaio sobre o individualismo: Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1999), *Os nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- FENTRESS, James [e] WICKHAM, Chris. (1992), *Memória social*. Lisboa, Teorema.

- FOUCAULT, Michel. (2003a), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (2003b), *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. (2003), *Crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro, Record.
- GENNEP, Arnold Van. (1977), *Os ritos de passagem*. Petrópolis, Vozes.
- GINZBURG, Carlo. (2002), *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC.
- HOBSBAWM, Eric J. (1976), *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- LE BRETON, David. (2006), *A sociologia do corpo*. Petrópolis, Vozes.
- MACHADO, Maria Oliveira Matta. (1978), *As táticas de guerra dos cangaceiros*. São Paulo, Brasiliense.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. (1985), *Guerreiros do Sol*. Recife, Editora Massangana.
- PEREIRA, Lígia Maria L. (1991), "Relatos orais em ciências sociais: Limites e potencial". *Análise e Conjuntura*, Vol. 6, nº 3, pp. 7-10.
- SEM ASSINATURA. (07/02/1890), *O Cearense*.
- SEM ASSINATURA. (23/09/1982), *Diário do Nordeste*.
- TURNER, Victor. (2005), *Floresta de símbolos: Aspectos do ritual ndembu*. Rio de Janeiro, EdUFF.
- VELHO, Gilberto. (1980), *O desafio da cidade: Novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.

- _____. (1994), Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2003), “O desafio da proximidade”. Em: VELHO, Gilberto [e] KUSCHNIR, Karina (orgs). Pesquisas urbanas, desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ZALUAR, Alba. (1994), Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, UFRJ.